



1 **ATA DA V REUNIÃO DO FÓRUM AMAZONENSE DE MUDANÇAS**
2 **CLIMÁTICAS, BIODIVERSIDADE, SERVIÇOS AMBIENTAIS E ENERGIA**
3 **(FAMC)**

4 DATA: 23 de novembro de 2010, Horário: 14h

5 LOCAL: Comfort Hotel

6
7 No dia 23 de novembro de 2010, ocorreu a V Reunião do Fórum Amazonense de
8 Mudanças Climáticas, Biodiversidade, Serviços Ambientais e Energia (FAMC). Iniciando
9 com a fala da coordenadora do Centro Estadual de Mudanças Climáticas (CECLIMA), Sra.
10 Natalie Unterstell, e da Secretária de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento
11 Sustentável do Amazonas, Sra. Nádia Ferreira, com a revisão e aprovação da Ata feita pela
12 Sra. Natalie Unterstell, em conjunto com os membros do FAMC, onde não houve nenhuma
13 intervenção. Em seguida a Secretária Nádia Ferreira fez a contagem de quorum,
14 registrando-se um número de 18 membros no início da reunião. A Secretária iniciou sua
15 apresentação com a linha do tempo do FAMC, produtos das Câmaras Temáticas (CTs) e
16 proposta de agenda para o ano de 2011 de atividades do Fórum. Terminada a apresentação,
17 o GTA, através do Sr. Aginaldo Queiroz, se manifestou para sugerir que a primeira reunião
18 do FAMC em 2011 seja no mês de fevereiro e não em janeiro, conforme sugeriu a proposta
19 apresentada, em virtude das assembleias do GTA que serão realizadas no primeiro mês do
20 ano. Com relação à última reunião a instituição sugeriu sua realização em novembro e não
21 setembro, mesma sugestão feita pela UFAM, através do Sr. Rubem Souza. O Sr. Enio
22 Candoti, convidado do Museu da Amazônia (MUSA), sugeriu a criação de Câmaras
23 Temáticas de Água e Geodiversidade. A Secretária Nadia Ferreira informou da existência
24 do Conselho de Geodiversidade e Recursos Hídricos e sugere a inclusão de seus membros
25 no FAMC. O Fórum aprova a sugestão do GTA e UFAM sobre a data da última reunião,
26 mas a UFAM sugere que a primeira seja apenas realizada após o carnaval, no mês de
27 março. Posto para votação, onde a maioria concordou com a realização no mês de março.
28 A Secretária concluiu sua apresentação mostrando o novo layout do site do CECLIMA e
29 falando sobre a exposição das fotos que registraram a seca de 2010. A Sra. Natalie lembrou
30 que a agenda das CTs para 2011 independem as do Fórum, podendo suas atividades
31 iniciarem antes, a exemplo da CT de Uso do Solo, Floresta e Serviços Ambientais que terá
32 sua primeira reunião já em janeiro. O coordenador da CT de Mitigação e Adaptação às
33 Mudanças Climáticas do FAMC, Sr. Antonio Manzi, iniciou sua apresentação fazendo uma





34 explanação dos resultados preliminares do Mapa de Vulnerabilidade do Amazonas.
35 Segundo ele, os mapas apresentados de desmatamento e tipo de vegetação foram retirados
36 do Programa de Cálculo de Desflorestamento da Amazônia (PRODES). Informou também
37 que o mapa de riscos deverá estar pronto no mês de janeiro de 2011. O Sr. Enio Candoti
38 (MUSA) questionou sobre a existência de dados sobre as emissões das florestas. O Sr.
39 Antonio Manzi informou que existem estudos nesse sentido e exemplificou os sítios
40 observacionais, que realizam diversas medidas (p.ex. medidas integradas de respiração dos
41 ecossistemas, fotossíntese, etc.), utilizando metodologias como a Alometria. Em seguida,
42 iniciou-se a apresentação do coordenador da CT de Uso do Solo, Florestas e Serviços
43 Ambientais, Sr. Mariano Cenamo, que fez uma explanação da situação dos trabalhos da
44 CT. Informou que foram priorizadas as demandas do Marco Legal com mecanismos de
45 Pagamento por Serviços Ambientais (PSA) e as discussões sobre Redução de Emissões por
46 Desmatamento e Degradação Florestal (REDD). O coordenador alertou que as discussões
47 sobre REDD e PSA no Amazonas estão em descompasso com outros locais, tomando
48 como exemplo o Estado do Acre que já criou sua Lei de PSA, o que fez com que o
49 Amazonas perdesse o pioneirismo nesse assunto. Enfatizou ainda a necessidade de o
50 Estado avançar nas discussões e se integrar com o Brasil e o mundo. O coordenador
51 resumiu às ações do Comitê Técnico Científico (CTC), que foi criado com o objetivo de
52 gerar demandas para serem traduzidas dentro do Marco Regulatório de PSA, e informou
53 que a primeira minuta deve ser gerada no início de janeiro de 2011. Por fim, foi
54 apresentada a proposta de agenda desta CT para 2011, que teve como sugestão para a
55 primeira ação a escolha do novo coordenador. A Sra. Natalie Unterstell fez uma breve fala
56 sobre os avanços do FAMC e as ações que devem continuar, principalmente com a
57 operacionalização do Fundo Brasileiro de Mudanças Climáticas. Em seguida, o Sr. Rubem
58 Souza, coordenador da Câmara Temática de Energia (CT Energia) iniciou sua apresentação
59 primeiramente fazendo uma prestação de contas dos trabalhos realizados por esta CT,
60 apresentando resultados como acompanhamento dos projetos do setor elétrico do Estado,
61 que foi feita através de convites às instituições envolvidas para discussão dos assuntos nas
62 reuniões da CT. Também como produto foi produzido o primeiro Inventário de Emissões
63 de Gases de Efeito Estufa do Setor Elétrico do Amazonas, lançado na ocasião da reunião.
64 Além disso, o coordenador assegurou uma pessoa trabalhando o tema Mercado Voluntário
65 de Carbono, por meio de dissertação de mestrado, na Universidade Federal de Itajubá
66 (INIFEI). O coordenador finalizou apresentado as propostas de trabalho da Câmara para





67 2011, enfatizando as seguintes: desenvolvimento de outras ações do Mercado Voluntário,
68 extrapolando o meio acadêmico, citando como exemplo o interesse da Secretaria de Estado
69 de Planejamento e Desenvolvimento Econômico (SEPLAN) em apoiar ações nesse
70 sentido; elaboração do Inventário de Emissões do Setor Energético (não somente do setor
71 elétrico) do Estado, baseado nos dados de consumo do ano de 2009. O Sr. Rubem Souza
72 finalizou sua participação apresentando os principais resultados do Inventário de Emissões
73 de GEE do Setor Elétrico do Amazonas, destacando as emissões na capital, interior e as
74 perdas. Na oportunidade, o coordenador repassou oficialmente o documento para a
75 Secretária de Estado do Meio Ambiente e para os demais coordenadores das Câmaras
76 Temáticas. O mesmo foi feito pelo coordenador da CT de Uso do Solo, Florestas e
77 Serviços Ambientais, que entregou o documento sobre REDD. Sobre o Inventário de
78 Emissões, o Sr. Enio Candoti (MUSA) questiona sobre o potencial de emissões de outras
79 fontes de energia. O Sr. Rubem esclarece que o inventário em questão é apenas do setor
80 elétrico e que as emissões de outros setores será considerado quando for feito o inventário
81 do setor energético. O mesmo também concorda com o questionamento do Sr. Enio
82 Candoti (MUSA) quanto à necessidade do mapeamento das potencialidades de outras
83 fontes de energia no Amazonas. O Sr. Aginaldo Queiroz (GTA) solicita momento para
84 apresentação do coordenador executivo do GTA na região do Solimões, Sr. Francisco,
85 ressaltando tratar-se do primeiro integrante do interior do Estado a fazer parte da reunião
86 do FAMC. Na oportunidade, parabeniza as Câmaras Temáticas pelos produtos
87 apresentados de unificação das informações no Amazonas. Sobre a CT de Uso do Solo,
88 Florestas e Serviços Ambientais o mesmo ainda enfatiza a importância da discussão do
89 manejo florestal no âmbito dessa CT. O Sr. Aginaldo Queiroz (GTA), no mesmo
90 momento, entrega à Secretária o documento sobre o REDD produzido com a parceria do
91 GTA. O Sr. Ronaldo (INCRA) fez questionamentos sobre a exclusão da hidroeletricidade
92 nas análises do Inventário do Setor Elétrico e sobre a situação do inventário do setor de
93 transportes. A Sra. Elisa (Embrapa) quis saber sobre as ações que serão trabalhadas com os
94 produtos apresentados, como serão transformados em ações governamentais. Sobre o
95 questionamento feito da exclusão da hidroeletricidade no inventário, o Sr. Rubem Souza
96 esclareceu que não existe uma metodologia consensada, entre setor acadêmico e
97 governamental, para as emissões provenientes dessa fonte. Quanto ao setor de transporte, o
98 mesmo informou que suas emissões serão contabilizadas no inventário do setor energético.
99 Respondendo ao questionamento feito pela representante da Embrapa, a Sra. Nadia





100 Ferreira disse que os produtos ali apresentados representam uma sistematização das
101 informações e que constituem um primeiro passo para se aproximar as políticas públicas
102 do Estado. Citou como exemplo uma das diretrizes do inventário, que se pretende traduzir
103 em projetos de eficiência energética, a exemplo do projeto já desenvolvido pelo
104 Departamento de Energias Alternativas e Eficiência Energética do Ceclima em 09
105 unidades consumidoras do Governo do Estado. O representante da FIEAM, Sr. Alexandre,
106 comentou sobre a possibilidade do aproveitamento dos resíduos sólidos para geração de
107 energia, principalmente em Manaus, ação esta que interferiria positivamente em áreas
108 como o saneamento. A Sra. Nadia Ferreira esclarece que esse tema será alavancado com a
109 Política Nacional de Resíduos Sólidos, onde é estabelecido um prazo de 04 anos para se
110 acabar com os lixões. O representante do IDAM, Sr. Sérgio Gonçalves, quis saber de que
111 forma os assuntos abordados poderiam ser casados com outras políticas do Estado. O Sr.
112 Mariano Cenamo lembrou dos pontos que devem ser considerados, destacando a falta de
113 regulação internacional que reduziria os riscos de investimento no mercado de carbono. O
114 Sr. Antonio Manzi informou que as emissões por desflorestamento ainda são maiores que
115 as do setor elétrico, mesmo que não se tenha grande área desmatada no Estado. Dando
116 continuidade a programação da reunião foi realizada a apresentação em vídeo com o Sr.
117 Carlos Nobre (INPE), onde destacou as mudanças climáticas no mundo. Em seguida
118 iniciou a apresentação da Sra. Fernanda Carvalho (TNC) sobre as perspectivas da
119 Convenção do Clima e os avanços possíveis em Cancun. A mesma iniciou sua
120 apresentação fazendo um histórico das políticas de mudanças (ex. Fundo Amazônia),
121 justificando que a demora na execução das mesmas é pelo fato das metas em geral serem
122 políticas e não científicas. Sobre Cancun ela alertou que não haveria nenhum acordo, e no
123 Brasil os acontecimentos seriam no sentido do Fundo Nacional do Clima e do
124 esvaziamento do mercado voluntário devido às incertezas com a falta de acordos. Concluiu
125 o entendimento desse assunto esclarecendo que as questões climáticas possuem certa
126 complexidade porque transcendem as questões ambientais, atingindo o setor econômico.
127 Em seguida, iniciou a apresentação do Sr. Claudio Szlafzstein (GTZ), que também falou
128 sobre o que se esperava para a Convenção do Clima. Apresentou um panorama sobre toda
129 a complexidade que envolve a execução das políticas de mudanças climáticas, levantando
130 as perspectivas, os entraves, incertezas, etc. Em seguida, foram abertas as inscrições para o
131 debate. O Sr. Luiz Carlos, representante da SEMMAS, concordou que a pauta de
132 adaptação às mudanças climáticas deve avançar em relação à pauta de mitigação. O Sr.





133 Ludovino Lopes complementou a afirmação feita pela Sra. Fernanda Carvalho (TNC) de
134 que os avanços nas políticas devem ser setoriais e questionou como incluir os mercados de
135 carbono dentro da estrutura atual dos mesmos. A Sra. Fernanda Carvalho (TNC) disse estar
136 de acordo com o subnacional em contraposição ao nacional e que politicamente deve haver
137 uma costura de interesses entre as entidades. Quanto ao futuro do mercado ela disse
138 acreditar que a demanda por REDD deve continuar e que o papel desse mercado deve ser
139 mapeado, já que o mesmo mudou. Alertou ainda que o REDD esteja sendo superestimado
140 e que, sozinho, não conseguirá todos os regulamentos/mecanismos necessários para
141 resolver as questões ambientais. O Sr. Enio Candoti (MUSA) sugeriu que os temas da
142 reunião sejam melhor discutidos numa outra oportunidade, dada sua complexidade. Assim,
143 a Sra. Natalie Unterstell encerrou a reunião. Após o final da reunião, foi elaborada esta Ata
144 que será aprovada na próxima reunião, assinada por mim, _____,
145 pelo representante da Presidência, _____, e demais membros
146 representantes das instituições no Fórum Amazonense de Mudanças Climáticas,
147 Biodiversidade, Serviços Ambientais e Energia (FAMC).

FALTA APROVAÇÃO

